

JUVENTUDES E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Izabela Jatene¹

Andreici Marcela Araujo de Oliveira²

Resumo

A desigualdade é uma fator determinante, principalmente quando nos referimos às oportunidades que jovens e adultos tem no mercado de trabalho e no foco de construção das políticas públicas. Na Amazônia, os dados estatísticos sobre os jovens não são nada animadores. Este artigo propõe uma reflexão acerca da realidade juvenil, as políticas públicas integradas para esse público e seus desafios no mundo do trabalho e de inclusão social. Chamamos atenção para Juventudes, as quais clamam por oportunidades, e vêm demonstrando em todas as pesquisas que os maiores problemas por ela enfrentados são a violência e a falta de emprego e renda. O termo Juventudes é utilizado para expressar a pluralidade de subjetividade que esta palavra traz consigo. Mesmo diante da busca de uma protagonização juvenil e da implementação de Políticas Públicas que deem oportunidade para a inclusão social e integração no mercado de trabalho, ainda temos grande números de jovens diante de um alto quadro de vulnerabilidade social. Assim, o constante crescimento da violência entre jovens são indicadores sérios de que padrões de políticas públicas estão sendo utilizados de forma equivocada. É uma reação social a ineficácia deste mesmo sistema de políticas. Esta ineficácia se dá pelo entendimento errôneo, do que os aplicadores e gestores de políticas públicas entendem por desenvolvimento.

Palavras chave: Juventudes. Políticas Públicas. Pará. Amazônia.

Abstract

Inequality is a determining factor, especially when we refer to the opportunities that young people and adults have in the labor market and in the focus of construction of public policies. In the Amazon, statistical data on young people are not at all encouraging. This article proposes a reflection on the reality of youth, integrated public policies for this public and their challenges in the world of work and social inclusion. We draw attention to Youths, who clamor for opportunities, and have been demonstrating in all surveys that the biggest problems they face are violence and lack of jobs and income. The term Youth is used to express the plurality of subjectivity that this word brings with it. Even in the face of the search for youth protagonism and the implementation of Public Policies that provide opportunities for social inclusion and integration in the labor market, we still have large numbers of young people facing a high level of social vulnerability. Thus, the constant growth of violence among young people are serious indicators that public policy standards are being misused. It is a social reaction to the ineffectiveness of this same policy system. This ineffectiveness is due to the erroneous understanding of what public policy applicators and managers understand by development.

Key words. Youths. Public Polies. Pará. Amazon.

1. Introdução.

A Região Norte corresponde a 42,27% do território brasileiro, sendo a maior região em superfície. O Estado do Pará é o segundo maior do país, com extensão de 1.247.689,515 km², e o mais rico e o mais populoso da Amazônia, tendo uma diversidade sócio-cultural e ambiental significativa, o que o fez transitar de “inferno verde” a “celeiro do mundo” com muita frequência.

Indubitavelmente, esse cenário reflete uma construção histórica onde o processo de integração da Amazônia ao cenário nacional, vivido de 1960 ao final dos anos 70, deixou um saldo migratório bem denso e desafiador para a construção de políticas públicas capazes de suprir as necessidades estruturais da sociedade amazônica. Segundo Santos (1988, p. 89):

a natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultado da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada. O processo de culturalização da natureza torna-se, cada vez mais, o processo de sua tecnificação. As técnicas,

¹Docente da Universidade Federal do Pará. Dra. em Ciências Sociais (PUC-Rj) e Diretora da Faculdade de Ciências Sociais (UFPA).

² Doutora em Sociologia (UFPA) e Professora da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-Pa).

mais e mais, vão incorporando-se à natureza e esta fica cada vez mais socializada, pois é, a cada dia mais, o resultado do trabalho de um maior número de pessoas. Partindo de trabalhos individualizados de grupos, hoje todos os indivíduos trabalham conjuntamente, ainda que disso não se apercebam. No processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza. A natureza se socializa e o homem se naturaliza.

As raízes da formação amazônica, decorrentes da colonização européia, guardam, essencialmente, as mesmas características analisadas pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, presentes, principalmente, nas regiões nordeste e sudeste do Brasil. Na Amazônia, além do caráter “aventureiro” dos colonizadores europeus que se estabeleceram na Região e do patrimonialismo no trato com a “coisa pública”, que explicam em boa medida o comportamento da elite regional, ganham realce no período colonial o extrativismo e a servidão, com a utilização da mão-de-obra indígena aliciada pela Igreja Católica com propósitos de evangelização temporal (Holanda, 1995.).

As populações originárias foram despojadas e expropriadas de seu habitat natural. Os camponeses e garimpeiros que migraram para a Região entraram em conflito com os fazendeiros, madeireiros, empresas mineradoras e povos indígenas, fazendo crescer substancialmente a população das cidades amazônicas, onde passou a prevalecer um quadro de exclusão social com limitada oferta de empregos e serviços públicos em quantidade e qualidade, que permitissem a construção de um cenário favorável à formação de relações de confiança mútua, associativismo e solidariedade social.

Com uma economia fortemente fundada na exploração de recursos naturais e mantendo indicadores sociais precários, o Pará experimentou um intenso processo de ocupação a partir da década de 70, que lhe conferiu uma paisagem socioeconômica e territorial que sintetiza bem as possibilidades e desafios da Amazônia Brasileira, inclusive no que se refere a presença e insuficiência do Estado e de políticas públicas. Esse cenário deixou uma herança até os dias atuais, à medida que o Estado não consegue alcançar os inúmeros Municípios do território paraense e garantir o exercício da cidadania, seja ela na esfera social ou política.

A instalação dos chamados Grandes Projetos na Região, fez com que o Estado do Pará se desenvolvesse de modo desigual e pouco equânime, onde os poderes públicos não acompanharam a velocidade das transformações econômicas e não avançaram na modernização da gestão. Isso gerou uma enorme quantidade de ações públicas isoladas e sem sinergia, sobretudo nas áreas de Defesa, Proteção e Promoção Social. Resultando, em um processo intrarregional extremamente desigual, no que tange a implementação e acesso de políticas públicas, onde algumas regiões foram contempladas com investimentos, mesmo que insuficientes, em educação, saúde e segurança, enquanto outras apenas sofreram os impactos sociais negativos ambientais e socioeconômicos.

O crescimento urbano desregrado afetou seriamente as relações sociais, provocando o desestímulo das mobilizações locais no sentido de uma sociedade mais democrática e igualitária. As atuais condições sociais e ambientais da Amazônia são resultantes das decisões, ações e

omissões do poder público nacional e regional, assim como da invasão desmedida de grandes empresas que viram e vêem na região um celeiro inesgotável de possibilidades de lucro.

A população que mais sofre com esse desenho histórico, são os filhos e netos dessa desbravadora geração que veio em busca do eldorado na Amazônia, e escolheu a região para viver e constituir família. Vale ressaltar que, historicamente, a desigualdade é uma fator determinante, principalmente quando nos referimos às oportunidades que jovens e adultos tem no mercado de trabalho e no foco de construção das políticas públicas.

Este artigo propõe uma reflexão acerca da realidade juvenil, as políticas públicas integradas para esse público e seus desafios no mundo do trabalho e de inclusão social. Chamamos atenção para Juventudes, as quais clamam por oportunidades, e vêm demonstrando em todas as pesquisas que os maiores problemas por ela enfrentados são a violência e a falta de emprego e renda.

2. A Juventude no Brasil e na Amazônia: o desafio da inclusão social

“A juventude é só uma palavra”, segundo Bourdieu (1983), ou seja, a idade é algo meramente discriminatório que faz brotar uma competição entre duas classificações – “Jovens” e “velhos”, justamente para marcar algo atual com a “juventude” e algo futuro com os “velhos”. Por trás dessa aparente simplicidade no conceito de Bourdieu, precisamos mergulhar na ampla compreensão de um segmento que ora é tido como o “futuro da nação” e ora é identificado como um problema. Quão contraditórias são as visões criadas sobre a juventude?

Sociologicamente, a conceituação da juventude significa o momento de enfrentamento de desafios e de adaptação a um mundo totalmente diferente do que vivenciado até então na infância, é identidade social em conformação. (Silva, 2006).

Um corte etário então define essa “Idade da Vida”, como diria Philippe Ariès (1981), simplesmente para demarcar um tempo, o qual era definido pelas ações sociais, que passavam a fazer parte da configuração de direitos e deveres desse segmento. Então, a cronologia nada mais é do que a definição numérica na vida do ser humano para suas atribuições sociais. Para autores como Pais (2003) e Bourdieu (1983), a definição de juventude a partir de sua faixa etária é uma posição arbitrária de tentar definir essa fase da vida.

Segundo Michel Maffesoli, na sociedade pós-moderna, sobretudo nas grandes cidades, existe uma forte tendência à formação das tribos urbanas, onde ocorre um recolhimento dos jovens no próprio grupo, gerando um aprofundamento das relações intragrupo, ainda que isso não significa consenso absoluto, pois o conflito existe e desempenha seu papel, uma vez que atração e repulsa são causas e efeito do relacionismo (Maffesoli, 1987, p.126).

Ao longo da história da humanidade muitas tentativas de conceituar uma fase da vida adulta, foram registradas. As representações sociais, os registros iconográficos, os ritos de passagem, que fizeram e fazem parte dessa fase da vida ora ignoram, ora reforçam traços dessa existência, ou seja, entre a infância e a vida adulta, em muitos momentos a adolescência inexistiu e a juventude

se perdia no mundo adulto, deixando para interpretações subjetivas a construção de conceitos sociais, etários, econômicos, psicológicos dentre muitos outros.

O que significa juventude, ou melhor juventudes? Como as Ciências Sociais definem essa categoria? Juventude é o período entre a infância, a adolescência e a fase adulta? Como abordamos, de acordo com Bourdieu (2003), Pais (2003) e Novaes (2007) não é possível chegar a uma única definição de juventude, pois existem uma multiplicidade de fatores psicológicos, biológicos, sociais, culturais e econômicos que apontam que a melhor forma para abordar a Juventude é como Juventudes.

O conceito de juventudes deve ser compreendido a partir de diversas e distintas marcações teóricas, pois na contemporaneidade, esse segmento vem se construindo e se transformando de forma bastante significativa, onde o universo comunicacional e midiático faz parte desse processo.

Os valores que movem as juventudes socialmente desafiam os pesquisadores a reflexões permanentes, os quais devem sentir-se instigados a pensar sobre os conteúdos produzidos pela mesma, por suas formas de sociabilidade, suas diversas expressões, a construção de seus espaços, suas redes de interação, as quais são capazes de traduzir suas subjetividades.

Assim, a problemática e o objeto "juventude" nos parece superlativamente adequados às reflexões comunicacionais. Afinal, pensar juventude é pensar um objeto que é igualmente sujeito, mais fortemente ainda por assumirmos como princípio metodológico nuclear a investigação das próprias narratividades e expressividades juvenis. (ROCHA, 2012, p.242)

De acordo com Mannheim (1968), o significado da juventude nas sociedades é dinâmico e que, muitas vezes, acaba apenas exercendo um papel de reprodução dos ensinamentos repassados pelos mais velhos, por isso o olhar sociológico sobre essa idade da vida renova-se à medida que

(...) considera Juventude e Sociedade em termos de reciprocidade total. Isso quer dizer que a resposta à pergunta sobre o que deverá ser ensinado à juventude, e como o deverá ser, depende, em grande extensão, da natureza da contribuição para a sociedade que se espera dessa juventude. Ao tornarmos-nos cômicos da sociedade, não mais formulamos as necessidades da juventude de modo abstrato. Mas sempre com relação às necessidades e finalidades de uma dada sociedade. (MANHHEIM, 1968, p. 70)

O autor aponta a potencialidade juvenil como característica primordial desse período da vida, o que deve ser levado em consideração quando se busca refletir sobre essa categoria, além de considerar que a passagem para a juventude implica no contato com os valores, hábitos e costumes, muitas vezes diferentes dos aprendidos na infância, os quais de modo abstrato ou concreto acabam por delinear novos cenários.

Compreender quais os móveis sociais que verdadeiramente têm identidade junto com a juventude significa mergulhar no universo contemporâneo, percebendo que as noções de tempo e espaço são diferentes, a ideia de público e privado precisam ser ressignificadas, a efemeridade e a

fluidez das relações são parte do dia-a-dia, que a sociedade do espetáculo está pronta e convidativa para quem quiser e puder usufruí-la.

Atualmente, quando abordamos o tema juventudes, frequentemente são realizadas vinculações e análises deste segmento, com a violência sendo o reflexo de diversos processos de exclusão que historicamente as juventudes enfrentam. Contudo, enfrentar tais vinculações significa encontrar alternativas claras para esse segmento, que deve protagonizar a proposição de políticas públicas desenhadas de acordo com as suas expectativas no âmbito regional e nacional, levando em consideração as especificidades locais e as possibilidades de desenvolvimento.

As políticas públicas, então, se pautam na perspectiva de possibilitar a construção de uma cidadania baseada no compromisso público de igualdade, pois os direitos defendidos na Constituição Federal visam a justiça social e a diminuição das desigualdades materiais e simbólicas. Desta forma, o Estado busca oferecer instrumentos que garantam direitos e que possam trazer benefícios para o cidadão, pois

(...) a fragilização da cidadania impede a inserção nos sistemas de sobrevivência que regulam a distribuição das oportunidades de vida, impedindo a vivência da igualdade na liberdade e igualdade nas oportunidades como processos sociais concomitantes.(TEIXEIRA; LANIADO, 2004,p.65)

Igualdade de oportunidades é um aspecto intrínseco às etapas de desenvolvimento de formulação de políticas públicas. Esses temas perpassam pela questão da cidadania e as modificações do direitos, pois “O elenco dos direitos se modificou e continua a se modificar, com mudanças das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para realização dos mesmos, das transformações técnicas”(BOBBIO, 1992, p.18). Da mesma forma, o conceito de cidadania se modifica de acordo com as transformações da história, como diria Marshall (1967, p.76).

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal (...)

No Estado do Pará, entre 2011 e 2016, o Pro Paz Juventude atuou no sentido de integrar as políticas públicas de juventudes no estado e de mobilizar os jovens na construção de estratégias que possibilitassem seu protagonismo juvenil. O projeto surgiu em 2006, quando se instituiu o primeiro Conselho de Juventude Deliberativo e Consultivo, após longos seminários de discussão sobre políticas públicas de juventude em encontros regionais, que ocorreram no Estado. Em 2011, a partir da II Conferência Estadual de Juventude, onde uma das principais proposições dos jovens era voltada para a qualificação para o mercado de trabalho, dentre outras, se estruturou um Núcleo

de Qualificação específico para juventude - Núcleo Pro Paz Jovem Trabalhador, que em parceria com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), executou suas atividades de acordo com as demandas de mercado.

No âmbito Federal das Políticas Públicas, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) desenvolveu inúmeros Programas que buscavam garantir a esse segmento um papel protagonista na sociedade. Para tanto, é indispensável a articulação entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. A Secretaria foi implementada em 2004, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, composta por um grupo de representantes de diversos Ministérios, tendo como objetivo avaliar as Políticas Públicas direcionadas para a Juventude no Brasil. Abaixo, programas que eram voltados para inclusão social do jovem, como podemos visualizar a seguir:

Quadro 01- Programas realizados no âmbito da Secretaria Nacional da Juventude

Programa	Objetivo
Programa autonomia e emancipação da Juventude	Ampliar a participação dos jovens na esfera pública
Plano Juventude Viva	Tem como foco a prevenção da violência, com a articulação de políticas direcionadas para cultura, trabalho, esporte, segurança pública e acesso à justiça, Esse Programa tem foco, principalmente, no combate à discriminação e desigualdade racial. O objetivo da SNJ também é contar com a articulação dos Municípios para a implementação deste Programa a partir de um pacto com o Governo Federal.
Programa Estação Juventude	Objetiva ampliar a participação juvenil, especialmente aqueles jovens que estão em áreas de grande vulnerabilidade social, ofertando serviços de cidadania e tecnologias sociais como forma de inclusão.
Programa de inclusão produtiva, formação cidadã e capacitação para geração de renda da juventude rural.	Visa estimular a produção agrícola e não agrícola sustentável, com acesso às tecnologias sociais como forma de sustentar a permanência do jovem no campo. Dessa forma, o Programa busca contemplar diversos eixos, como: acesso á terra, educação no campo, geração de trabalho e renda, esporte e lazer, habitação, cidadania e participação social.

Fonte:Secretaria Nacional da Juventude (2013)

Como podemos observar os Programas acima descritos buscam, em seu âmbito geral, aumentar a participação do jovem na sociedade em diversos eixos, atuando, sobretudo, no processo de inclusão e de construção dos instrumentos de cidadania. Os Programas direcionados para a Juventude e executados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal buscam, não apenas viabilizar o exercício de direitos sociais e culturais, mas também os direitos políticos da Juventude.

Contudo, nem sempre alcançam os anseios desse segmento, deixando de aprofundar no aspecto relacional entre e com os jovens.

Vale ressaltar, outras políticas que não estão do âmbito da SNJ, como PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego) e PRO JOVEM (Programa de Inclusão de Jovens), que visam oferecer oportunidade de capacitação profissional e de acesso à educação.

No âmbito Nacional, o Projovem é um programa que visa contribuir para o aumento da escolaridade de jovens entre 18 a 29 anos, além de oferecer cursos de capacitação para a sua qualificação e inserção no mercado de trabalho. O Programa tem várias esferas de atuação, tais como: Pro Jovem Urbano, que tem como público- alvo jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental; Pro Jovem Trabalhador, que oferece cursos técnicos para os jovens serem inseridos no mercado de trabalho; Pro Jovem Adolescente, destinado à adolescentes entre 15 a 17 anos e direcionado para famílias inscritas no Bolsa Família; e Pro Jovem do Campo, que atende jovens que trabalham na agricultura, ofertando cursos e possibilitando o acesso ao ensino básico.

Em 2012, o Pará recebeu para o Pro Jovem Urbano, executado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), apoio financeiro de R\$ 8.799.535,80, ofertou 5.000 (cinco mil) vagas; atendendo 3.399 (três mil, trezentos e noventa e nove) jovens em 21 Municípios que executaram o Programa: Abaetetuba, Acará, Igarapé-Mirim, Tailândia, Rondon do Pará, Palestina, São Domingos do Araguaia, Breves, Gurupá, Melgaço, Curuá, Terra Santa, Cachoeira do Arari, Pontas de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Capanema, São Miguel do Guamá, Placas, Itaituba, Trairão e Faro. O Pro Jovem Urbano oferece uma bolsa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para o aluno que possui, no mínimo, 75 % de frequência. Em relação ao Pro Jovem trabalhador, sob a coordenação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda (SETER), o mesmo não foi executado em 2012, apesar de contar com inúmeras inscrições, mas de acordo com o site da Transparencia Brasil, em 2012 foram repassados R\$2.926.187,88 (Dois milhões, novecentos e vinte e sei mil, cento e setenta e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos).

O PRONATEC foi implementado em 2011 e objetiva fortalecer o ensino tecnológico e possibilitar a formação continuada e qualificada. O Programa oferta cursos para três tipos de curso: técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano; e formação Inicial e continuada ou qualificação profissional, com duração mínima de dois meses.

Para o Estado do Pará em 2012, de acordo com o Portal da transparência Brasil, foram repassados R\$8.650.000,00 (Oito milhões seiscentos e cinquenta mil reais) para a formação profissional e Tecnológica. O Estado conta com a estrutura do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e das EETEPAs (Escola de Educação Profissional da Rede Estadual) para a oferta dos cursos. No mesmo ano foram ofertadas, em todo o Estado, 2.725 vagas distribuídas para a Formação Integrada e Continuada (FIC) que abrange alunos regularmente matriculados no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) entre 23 cursos técnicos

disponíveis: montagem e manutenção de computadores, operador de computador, auxiliar em administração de redes, regente de banda, produtor cultural, auxiliar financeiro, operador de computador, recepcionista, vendedor, auxiliar administrativo, auxiliar de pessoal, auxiliar de operação em logística, depilador, cuidador infantil, cabeleireiro assistente, manicure, pedicure, auxiliar de pessoal, auxiliar de crédito e cobrança, auxiliar de operação em logística, camareira em meios de hospedagem, promotor de vendas e trabalho doméstico.

Na realidade, as Políticas Públicas para Juventude acabam por ser reduzidas as políticas de inserção no mundo do trabalho, mesmo aquelas como ProJovem que visam enfrentar a defasagem idade-série, deixam falhas na qualidade no aprendizado. Ainda encontramos lacunas enormes em outras áreas, como saúde, segurança, esporte, cultura, lazer, etc.

A formulação de políticas públicas implica na perspectiva política e social de desenvolvimento, conceito esse pautado em Amartya Sen, em sua obra "Desenvolvimento como Liberdade" (2010), compreende o mesmo como "um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2010, p.16), ou seja, não está única e exclusivamente, pautado em questões econômicas, tais quais rendas pessoais, industrialização ou avanço tecnológico. Pressupõe a remoção de fontes de privação de liberdade decorrentes das relações entre os homens. Mais recentemente, em *A Ideia de Justiça*, consolida seu pensamento acerca do desenvolvimento, colocando a "pobreza" como um índice pouco confiável, senão o pior dos indicadores acerca do desenvolvimento de um determinado grupo (SEN, 2011).

Mesmo diante da busca de uma protagonização juvenil e da implementação de Políticas Públicas que deem oportunidade para a inclusão social e integração no mercado de trabalho, ainda temos grande números de jovens diante de um alto quadro de vulnerabilidade social. Assim, o constante crescimento da violência entre jovens são indicadores sérios de que padrões de políticas públicas estão sendo utilizados de forma equivocada. É uma reação social a ineficácia deste mesmo sistema de políticas. Esta ineficácia se dá pelo entendimento errôneo, do que os aplicadores e gestores de políticas públicas entendem por desenvolvimento.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou, em 2022, o Relatório "Education at a Glance 2022" que apontou o Brasil, dentre os 38 países analisados, como o segundo país com maior proporção de jovens entre 18 e 24 anos, que não estudam e nem trabalham, cerca de 35,9% dos jovens brasileiro. A geração "nem-nem", no Brasil, abrange cerca de 12 milhões de pessoas que encontram dificuldades em sua inserção no mercado de trabalho e não conseguiram prosseguir com os estudos. De acordo com o Atlas da Juventude, em 2020, 27,1% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estavam desempregados e, em 2019, 51,6% das vítimas de violência letal, no Brasil, eram jovens de até 29 anos.

De acordo com os dados do Censo Populacional do IBGE de 2010, a população do Estado do Pará é de 7.443.904 habitantes, sendo que, deste total, 2.105.629 habitantes se concentram na Região metropolitana de Belém. 548.416 dessa população são crianças, 196.445 são adolescentes e 423.330 são jovens.

A juventude representa 21% da população na Região Metropolitana, onde a polarização na distribuição da renda, reforçando a desigualdade, origina formas extremamente diferenciadas de acesso aos direitos sociais básicos, como educação e saúde, reforçando a vulnerabilidade. Com limitadas condições de escolaridade, sem experiência laboral e com escassas oportunidades no mercado formal, a juventude encontra-se em situação de risco, a qual não raramente é envolvida pelo crime e tráfico de drogas, que tem a Amazônia como rota de entrada e saída.

Diante desse cenário, vale atentar para o leque de crimes cometidos por adolescentes, onde o roubo tem destaque, reforçando o vínculo deste crime ao consumo, pois inevitavelmente precisa ser analisada a necessidade dos adolescentes e jovens de acessarem determinados bens, que sua condição econômica não os possibilitam. Deve-se levar em consideração também, o uso de álcool e drogas nessa faixa etária, compreendendo que o roubo é também, um dos caminhos de garantir o acesso a esses produtos.

Tabela 01 – Atos infracionais de maior incidência na medida de restrição e privação de liberdade em 2017, Brasil.³

Delito	Quantidade
Homicídio qualificado	696
Homicídio	1.074
Roubo	3.045
Tráfico e associação ao tráfico de drogas	3.601
Roubo Qualificado	4.504

Fonte: Levantamento Anual Sinase (2017)

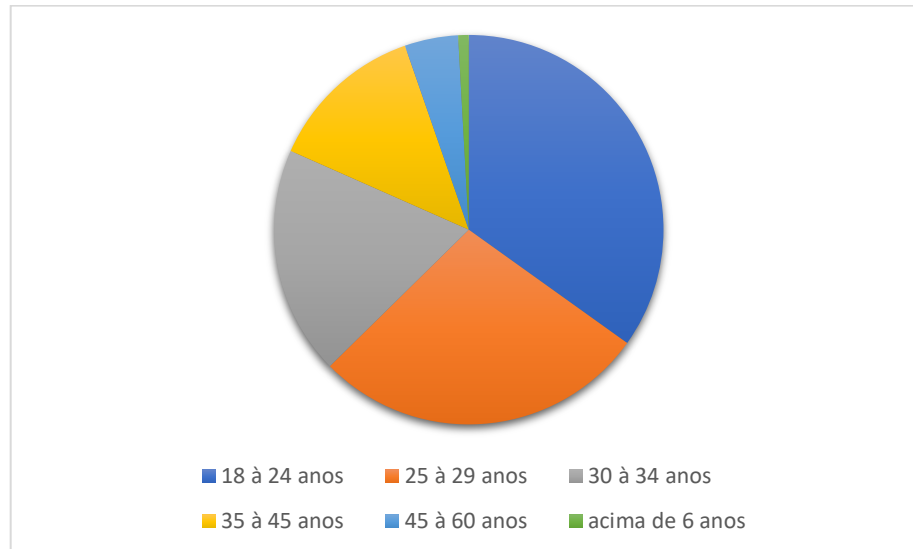
A tabela acima aponta o tráfico de drogas como o quarto ato infracional mais cometido pelos adolescentes. O tráfico é visto como um “trabalho” que garante uma fonte de renda, mas que pode levar a outros crimes, como homicídio qualificado. O ponto de reflexão que fica é: qual o nível de impacto de programas como Projovem e Pronatec tem na vida dos jovens? A oferta de cursos técnicos seria suficiente para diminuir a quantidade de atos infracionais cometidos por esses jovens? No âmbito das Políticas Públicas, é imperativo repensar uma política para juventudes de forma integrada, visto que experiências, como o Propaz, tem demonstrado que quando as instituições caminham juntas o alcance se torna maior.

Tem-se observado estreita relação entre o aumento da taxa de desemprego dos últimos anos, a queda no padrão de renda, a desagregação familiar e o crescente índice de violência. Ao serem correlacionados dados socioeconômicos e criminais, percebemos que a extrema dificuldade

³ Os dados de 2017 são os últimos disponíveis no portal do Sinase.

de acesso a bens e serviços, não raramente, é um incentivo ao crime, que se torna o caminho "disponível" para satisfação dos desejos de consumo.

Gráfico 01- Faixa Etária da População Carcerária até Junho de 2018, Pará.⁴



Fonte: Susipe

A ONU estabelece nas “Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad)”, orientações e princípios para que possamos enfrentar um dos grandes problemas do mundo contemporâneo: violência juvenil. O cenário social demonstra a situação de vulnerabilidade social que os jovens se encontram hoje, onde a tendência natural desse segmento em exercitarem a sociabilidade, formando grupos pautados em elementos gregários positivos, como a arte, o esporte, o trabalho, pode infelizmente voltar-se para formação de grupos, onde a violência e o crime se tornam os principais elementos de união.

O grande desafio do poder público é propor políticas públicas específicas para juventudes, onde o fomento do protagonismo juvenil, a estruturação de programas de inclusão e promoção social, indubitavelmente, terão um forte papel preventivo, evitando o envolvimento desse segmento em situações de violência.

O fator pobreza não é o único um indicador para compreender o desenvolvimento, deve-se considerar padrões de satisfação social, visto que a violência se espalha igualmente por todas as classes. Isto porque, a violência em suas diferentes manifestações tem relação com a desigualdade, com fatores históricos, com padrões de satisfação social e individual, e não apenas com a condição financeira.

Não podemos perder de vista indicadores que sinalizem como e onde é necessária uma atenção maior, afinal quando falamos em desenvolvimento, levamos em consideração o

⁴ O Relatório de Junho de 2018 é o último, disponibilizado pela Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe) que contém a informação sobre a faixa etária da população carcerária. Após esse período, os relatórios que seguem, omitem esses dados.

crescimento econômico, progresso social, modernização política, avanço cultural e o equilíbrio ambiental. Vale ressaltar, que ainda é extremamente insuficiente as ações focadas apenas no mercado de trabalho, pois como ressaltamos anteriormente pautadas em Amartya Sen, desenvolvimento tem um significado bem mais amplo na construção da liberdade.

Na Amazônia precisamos ainda encontrar eixos de desenvolvimento para a garantia de direitos básicos, que promovam o surgimento de agentes livres e sustentáveis, onde a integração das políticas públicas seja o instrumento necessário para a transformação na qualidade de vida da população.

Como existem carências de toda ordem na Amazônia, as políticas públicas são engolfadas por uma insuficiência tamanha, que perdem o foco da importância do fomento ao protagonismo social e acabam por se restringirem em reproduzir padrões que não correspondem às reais necessidades coletivas. Ocupando a 23ª posição no IDH dos Estados Brasileiros, o Pará apresenta um IDJ⁵ que corresponde 19ª posição no ranking nacional, confirmando maior dificuldade enfrentada pela juventude. O jovem, inconscientemente, é o segmento da população que fica mais vulnerável a todas essas situações, por naturalmente se encontrar em uma fase do desenvolvimento humano, que o impulsiona para atitudes protagônicas e o direciona, na tentativa de tomar as rédeas de sua própria vida. Contraditoriamente, as políticas públicas não respondem a essa forma juvenil de ser e deixam hiatos que podem ser ocupados de várias formas, inclusive com a violência, como os dados demonstram. Ao não considerar uma nova forma de atuação pública que supere esses hiatos, inevitavelmente deixamos de entender que “a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo (só pode ser assegurada e garantida coletivamente)”. (BAUMAN, 2000, p.15).

O desafio de políticas públicas preventivas ao aumento da violência, deve levar em conta a integração institucional, com vistas a fortalecer a construção do sujeito de direitos, que possa usufruir do crescimento econômico e de uma distribuição mais equitativa de renda e do pleno exercício da democracia. Para que os jovens possam escolher exatamente aquilo que querem em condições de igualdade, serem livres em pensamentos e vontades, levando em conta as características e talentos naturais de cada um, é indispensável a escuta desses jovens e abertura dos espaços públicos capazes de estimular o desenvolvimento como liberdade.

4. Conclusão

Os dados estatísticos sobre os jovens brasileiros retratam os desafios vindouros de uma geração que não consegue concluir o ensino básico, um enquadramento em uma vaga de emprego

⁵ O Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), que representa um indicador geral da qualidade de vida e do grau de vulnerabilidade da população, reflete as facilidades ou dificuldades enfrentadas por esta faixa etária, no que diz respeito ao acesso a saúde, educação e ao mercado de trabalho. Os jovens brasileiros, em sua maioria, estudam e trabalham, ganham mal, mas possuem renda própria. No entanto, uma parcela significativa - praticamente 20% - não consegue sequer trabalhar ou estudar, e estão presos em um círculo vicioso.

e, como consequência, integra o grupo do “nem-nem”. Muito tem se falado sobre a importância de políticas públicas para juventudes e da necessidade do Estado repensar sobre o que se tem feito para reverter esse quadro social que, cedo ou tarde, vai trazer consequências negativas para a sociedade.

A taxa de ocupação de jovens baixa, com uma renda baixa tem implicações de efeito cascata na sociedade. O jovem que possui baixa escolaridade, por sua vez, encontra maior dificuldade em ingressar no mundo do trabalho e, conseqüentemente, acaba tendo uma menor qualidade de vida. Todo esse cenário está associado, também, à desigualdade socioeconômica que vivemos.

O ingresso do jovem no mundo do crime não pode ser analisado apenas pelo fator econômico, mas deve-se incluir outras variáveis que envolvem esse indivíduo nesse cenário do tráfico de drogas ou do homicídio, como mostram os dados sobre os crimes mais cometidos. É preciso compreender o contexto social a qual as juventudes fazem parte para que, assim, políticas públicas de combate ao crime e o próprio processo de ressocialização proposto nas medidas socioeducativas, tenham o efeito esperado.

Pensar políticas públicas para juventudes na Amazônia torna-se um desafio não somente pela extensão territorial, mas pela diversidade socioeconômica. A integração de políticas públicas ainda não é uma realidade em boa parte do país, mas exige do sistema governamental um esforço político e econômico.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981, 279p.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2010.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. **A “juventude” é apenas uma palavra! Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ª ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

CÂMARA, Olga. **Defesa Social e Prevenção**. In: **Curso de formação de agentes sociais para a prevenção da violência, promoção e garantia dos direitos humanos**. Organização de: Ana Alice Barros Pedrosa, Anízio Lopes de Andrade Filho e Janeide Gomes Franca. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Formação e Desenvolvimento Profissional; Secretaria de Planejamento - Agência Condepe/Fidem; 2006.72p.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge; ANDRADE, Costa, **Criminologia – o homem delinquente e a sociedade criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed.Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.220p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do Censo 2010**. Disponível em: http://WWW.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=15. Acesso em 20/08/2012.

LANIADO, Ruthy Nadia; TEIXEIRA, Márcia Regina Ribeiro. **Justiça e Desigualdade: o descompasso da cidadania como forma de exclusão social**. Caderno CRH, Salvador,v.17,n.40,p.61-77, Jan/ Abr,2004.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MARSHALL,T.H. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL,T.H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.p.57-113.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2 ed.,2003.425p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamento teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Políticas Públicas de Juventude**.Brasília,2013.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Lourival Rodrigues. **Juventude, Religião e a utopia da Civilização do Amor** – Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

WASELFISZ, J. Jacobo. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**, 1ª edição. São Paulo: Ministério da Justiça, Instituto Sangari, 2011.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007**. Brasília: Ritla, Instituto Sangari, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.